



Maricá, 02 de agosto de 2022

À Procuradoria Geral do Município

PROCESSO Nº 10729/22
Data do início 26/07/22
Rubrica 13.12

A Comissão Permanente de Licitação solicita através do Processo nº 10729/2022, a análise técnica acerca do recurso interposto pela empresa LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA referente ao Pregão Presencial 02/2022 – SMS.

Após leitura e análise do teor das razões apresentadas pela empresa, bem como das ponderações da Comissão de Licitação, somos solidários às análises exaradas por esta especializada, entendendo que a decisão da pregoeira fora acertada, justa e apropriada.

Quanto à análise técnica realizada por esta Coordenação de Farmácia, a mesma foi pautada na aplicação objetiva do Edital da licitação em tela, cujas empresas interessadas que vieram a participar do certame, já tinham ciência de toda a documentação a ser apresentada, principalmente no quesito da habilitação técnica. Exigimos apenas atestados que comprovassem que o proponente tenha fornecido no mínimo 25% dos itens nº 28, 29, 61, 70, 172 e 196, ou seja, de 06(seis) itens num universo de 201 no total, por estes representarem a parcela de maior relevância – quantitativos expressivos e alto valor de mercado do objeto em comento. Ressalte-se que não houve impugnação ao Edital na fase externa da licitação no momento apropriado para tal manifestação dos interessados, conferindo a princípio tangibilidade à regra.

Destarte mantemos a decisão da não-classificação da empresa por não cumprir o edital, e remetemos o processo à esta D. Procuradoria para consulta, solicitando vossa análise e parecer sobre o abarcamento jurídico das razões apresentadas pela empresa.

No mais, renova-se os protestos de estima e consideração.


Coordenadora de Farmácia

Érica do Amaral Costa Martins
Coordenadora de Farmácia-Mat.: 107.969
CRA-RJ 20-92613


Solange Regina de Oliveira
Secretária de Saúde-Mat.: 109.435

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo número: 70729/2022

Data do início: 26/07/2022

Rubrica:  Fls.: 13

ACORDÃO Nº 121033/2022-PLEN

1 PROCESSO: 219103-9/2022

2 NATUREZA: REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO

3 INTERESSADOS: SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO e SUB SEGURIDADE, CAD-SAÚDE

4 UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI

5 RELATOR: MARCELO VERDINI MAIA

6 REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO

8 ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do PLENÁRIO, por unanimidade, por CONHECIMENTO com COMUNICAÇÃO, DETERMINAÇÃO e EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO, nos exatos termos do voto do relator.

9 ATA Nº: 26

10 DATA DA SESSÃO: 27 de julho de 2022

Marcelo Verdini Maia

Relator

Rodrigo Melo do Nascimento

Presidente

Fui presente:

Henrique Cunha de Lima

Procurador-Geral de Contas

 RJ

 RJ

 RJ

Assinado Digitalmente por: RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Data: 2022.08.02 11:21:14 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 219103-9/2022. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: d4a3cf84-2501-4350-a6c5-20b840002838
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: HENRIQUE CUNHA DE LIMA
Data: 2022.08.01 19:11:34 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 219103-9/2022. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: d4a3cf84-2501-4350-a6c5-20b840002838
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: MARCELO VERDINI MAIA
Data: 2022.07.29 10:34:33 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 219103-9/2022. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: d4a3cf84-2501-4350-a6c5-20b840002838
Local: TCERJ

PLENÁRIO

PROCESSO: TCE-RJ 219.103-9/2022
ORIGEM: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI
NATUREZA: REPRESENTAÇÃO
ASSUNTO: IRREGULARIDADES NA ALIMENTAÇÃO DE DADOS DO SITE DO ENTE FEDERATIVO, DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL – SIGFIS E DO BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE (BPS)
INTERESSADO: SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO (SGE)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI.
REPRESENTAÇÃO COM NARRATIVA DE IRREGULARIDADES
ACERCA DA ALIMENTAÇÃO DE DADOS DO PORTAL DE
TRANSPARÊNCIA DO ENTE FEDERATIVO, DO SISTEMA
INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL – SIGFIS E DO BANCO DE
PREÇOS EM SAÚDE (BPS). NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA
DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONHECIMENTO.
COMUNICAÇÃO. DETERMINAÇÕES. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS.
DETERMINAÇÃO À SGE.

Trata-se de Representação deflagrada pelo Secretário Geral de Controle Externo – SGE com fundamento no artigo 8º c/c artigo 9º, inciso V, ambos da Deliberação TCE-RJ nº 266/16, o qual, subsidiado em instrução da Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Saúde – CAD-Saúde, vinculada à Subsecretaria de Controle da Seguridade Social e Políticas de Desenvolvimento – SUB-Seguridade, narra possíveis cometidas pela Prefeitura Municipal de São João de Meriti, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

As referidas irregularidades são especialmente relacionadas a (i) não divulgação de informações de interesse coletivo em local de fácil acesso, em inobservância aos preceitos da Lei n.º 12.527/2011, (ii) não preenchimento de dados no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, em contrariedade ao previsto na Deliberação TCE-RJ n.º 312/2020, e (iii) não inserção de dados no Banco de Preços em Saúde (BPS), em descumprimento da Resolução CIT n.º 18/2017.

Diante do exposto, requereu (i) o conhecimento da representação; (ii) a comunicação a titular da Secretaria Municipal de Saúde para que se pronuncie sobre cada uma das irregularidades

apontadas; (iii) a procedência da representação, com o cumprimento de determinações; (iv) a expedição de ofício; e (v) determinação à SGE, para que efetue o arquivamento de qualquer resposta apresentada em razão do item anterior, consoante o arquivo digital de 07.06.2022.

Considerando os fatos e fundamentos relatados pela CAD-Saúde, o Secretário-Geral de Controle Externo ratificou, à luz do art. 9º, V, da Deliberação TCE-RJ n.º 266/2016, a petição vestibular (arquivo digital: 07/06/2022 – Informação CAD-Saúde), sendo o processo encaminhado ao Núcleo de Distribuição da Secretaria-Geral da Presidência – NDP para os fins previstos no artigo 58, parágrafo 2º, c/c artigo 84-A, parágrafo 7º, todos do RITCERJ, e distribuído à minha relatoria em 07.06.2022, conforme consta da certidão emitida pelo NDP naquela mesma data.

Em atenção ao despacho saneador de 15.06.2022, o feito foi remetido ao Ministério Público de Contas. O *Parquet* de Contas, representado pelo seu Procurador-Geral, opinou no seguinte sentido, conforme parecer de 22.06.2022:

Quanto ao item 3 da proposta de encaminhamento elaborada pela CADSAÚDE, entende o Órgão Ministerial que sua adoção, neste momento processual, seria prematura. De outro talante, entende como pertinentes os itens 4 e 5 da referida propostas.

Pelo exposto, o Ministério Público de Contas opina pelo CONHECIMENTO desta Representação; pela COMUNICAÇÃO Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João de Meriti, na figura da Secretária Municipal de Saúde, Sra. Márcia Fernandes Lucas; pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO aos demais entes públicos jurisdicionados desta Corte de Contas; e pela DETERMINAÇÃO à SGE.

É O RELATÓRIO.

Inicialmente, em exame dos pressupostos de admissibilidade da Representação, verifica-se que a manifestação inicial foi subscrita por autoridade legitimada (artigo 9º, inciso V, da referida Deliberação), bem como se constata que a peça foi redigida em linguagem clara e objetiva, elaborada de acordo com a Deliberação TCE-RJ n.º 266/2016, com as alterações promovidas pela Deliberação TCE-RJ n.º 323/2021, apresentando a indicação das supostas irregularidades, das disposições legais eventualmente infringidas e se refere à matéria e jurisdicionado de deste Tribunal, motivo pelo qual deve ser conhecida.

Igualmente, observa-se que a Representação atende aos critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade, nos termos estabelecidos no artigo 9º-B c/c artigo 4º-A da Deliberação TCE-RJ n.º 266/2016, inserido pela Deliberação TCE-RJ n.º 323/2021.

Com relação ao mérito, deve ser acolhida a comunicação proposta pelas instâncias instrutivas – sem prejuízo de que esclarecimentos e/ou documentos adicionais sejam solicitados em oportunidade futura –, eis que necessária a prévia oitiva da Administração Municipal a respeito dos fatos representados, objetivando a sua melhor compreensão e comprovação documental, inclusive quanto aos motivos que deram origem as irregularidades observadas, bem assim em prestígio ao contraditório e à ampla defesa.

Muito embora o art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011, disponha sobre a divulgação de informações de interesse coletivo em fácil acesso, a CAD-Saúde consignou que, em diversas consultas ao Portal da Transparência da Prefeitura do Município de São João do Meriti no período de fevereiro a junho de 2022, foi verificado que a Secretaria Municipal de Saúde, assim como os outros órgãos do município, não alimentou tempestivamente o *site* com dados sobre aviso de editais de licitação e licitações homologadas.

Além disso, a coordenadoria competente, em consulta ao SIGFIS, observou que, no ano de 2022, a Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Meriti não enviou os dados pertinentes às suas aquisições, tais como: os editais de licitação, as contratações por dispensa de licitação, as licitações realizadas e os contratos firmados, descumprindo a Deliberação TCE-RJ nº 281/2017.

A especializada informou, ainda, que a mencionada Secretaria Municipal não vem observando a Resolução nº 18 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), de 20 de junho de 2017, cujo artigo 1º dispõe sobre o Banco de Preços em Saúde (BPS) e tornou obrigatório o envio das informações necessárias à alimentação desse banco de preços pela União, Estados, Distrito Federal, e Municípios¹, medida que se alinha com decisões do Tribunal de Contas da União, que apontam que o Banco de Preços em Saúde (BPS) deve ser utilizado como referencial de preços de mercado na aquisição de medicamentos².

O Banco de Preços em Saúde foi instituído, dentre outros aspectos, para viabilizar à população uma forma prática, eficiente e específica de acompanhar as ações e atos governamentais e controlar os gastos públicos com saúde, mais especificamente, os gastos com medicamentos. Por

¹ Art. 1º Tornar obrigatório o envio das informações necessárias à alimentação do Banco de Preços em Saúde - BPS pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

² Acórdão nº 10.531/2018 da 1ª Câmara do TCU.

este motivo, considero que o não envio dos dados cerceia o controle externo das atividades da Administração, bem como limita o controle social.

Em que pese as ponderações do Corpo Técnico, na linha do entendimento manifestado pelo *Parquet* de Contas, reputo prematura a deliberação sobre a eventual procedência da Representação, o que deverá aguardar os esclarecimentos da gestora responsável. Sem prejuízo, acolho a proposta técnica de determinar, desde logo, ao ente jurisdicionado as proposições constantes dos subitens 3.1, 3.2 e 3.3, as quais se transcreve abaixo:

3.1 Divulgue as informações sobre aquisições realizadas com medicamentos no site oficial do BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE (BPS), conforme Resolução CIT nº 18/2017;

3.2 Disponibilize os dados referentes a compras públicas tempestivamente em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), de fácil e mediata identificação pelo usuário, conforme disposição do art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011;

3.3 Realize o envio dos dados de aquisições e contratos realizados, assim como os editais de licitação tempestivamente ao Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS) do TCE-RJ, conforme disposto nas Deliberações TCE-RJ nº 281/2017 e 312/2020 e especificações constantes no Manual de Operação do SIGFIS.

Ademais, as determinações propostas, especialmente a constante do subitem 3.1, relacionam-se intrinsecamente com as providências sugeridas nos itens 4 e 5 da peça exordial – as quais também corroboro –, que requerem, respectivamente, a expedição de ofícios aos demais entes públicos jurisdicionados desta Corte de Contas para que adotem, no que couber, as medidas em tela e o arquivamento pela SGE de resposta apresentada em razão do item anterior, diretamente e sem necessidade de juntada a estes autos ou submissão ao Corpo Deliberativo deste Tribunal.

Por fim, consigna-se que as manifestações das instâncias instrutivas estão disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal, em espaço próprio às consultas processuais.

Isto posto, posiciono-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com o Corpo Técnico e **PARCIALMENTE DE ACORDO** com o douto Ministério Público de Contas, consistindo a parcial divergência apontada em diferir-se a decisão acerca da eventual procedência da representação.

VOTO:

1. Por **CONHECIMENTO** da Representação, eis que presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos na Deliberação n.º 266/2016, com as alterações promovidas pela Deliberação n.º 323/2021.

2. Por **COMUNICAÇÃO** à Sra. Márcia Fernandes Lucas, Secretária Municipal de Saúde, nos termos do artigo 26 do Regimento Interno desta Corte, para que se manifeste quanto irregularidades apuradas no presente feito, sem prejuízo ao atendimento às **DETERMINAÇÕES** abaixo elencadas:

2.1. Divulgue as informações sobre aquisições realizadas com medicamentos no site oficial do Banco de Preços em Saúde (BPS), conforme Resolução CIT nº 18/2017;

2.2. Disponibilize os dados referentes a compras públicas tempestivamente em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*), de fácil e mediata identificação pelo usuário, conforme disposição do art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011;

2.3. Realize o envio dos dados de aquisições e contratos realizados, assim como os editais de licitação tempestivamente ao Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS) do TCE-RJ, conforme disposto nas Deliberações TCE-RJ nº 281/2017 e 312/2020 e especificações constantes no Manual de Operação do SIGFIS.

3. Por **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** aos demais entes públicos jurisdicionados desta Corte de Contas para que, caso se amoldem, total ou parcialmente, à situação narrada nestes Voto, voluntariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, passem a inserir as informações sobre aquisições realizadas com medicamentos no site oficial do Banco de Preços em Saúde (BPS), conforme Resolução CIT nº 18/2017, sendo despendida resposta ou comprovação nestes autos, visto que a aferição acerca do cumprimento poderá ser realizada em oportuna fiscalização remota.

4. Por **DETERMINAÇÃO** à Secretaria Geral de Controle Externo, por intermédio de seus setores vinculados, para que efetue o arquivamento de qualquer resposta apresentada em razão do item anterior, diretamente e sem necessidade de juntada a estes autos ou submissão ao Corpo Deliberativo deste Tribunal.

GCSMVM,

MARCELO VERDINI MAIA
Conselheiro Substituto



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Processo	70729/22
Data do Início	Fls. 19
Rubrica	

Ref. Processos Administrativos n.º 10727/22 e 10729/2022

Parecer PGM/CEAJPADI/RAC n.º 06/2022

**RECURSOS. PREGÃO PRESENCIAL N.º
02/2022. ANÁLISE DE LEGALIDADE.**

I – RELATÓRIO

Inicialmente, informo a análise conjunta dos recursos interpostos por CASE FARMA DISTRIBUIDORA LTDA. e LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. em face da decisão proferida na Ata da 10ª sessão do Pregão Presencial n.º 02/2022, realizada em 21 de julho de 2022.

O procedimento licitatório possui por objeto a formação de Ata de Registro de Preços, com vistas à Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de medicamentos para atender as Unidades da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), a Farmácia Básica e as Especializadas e os recursos foram interpostos em face das não classificações das concorrentes nos itens de maior relevância.

Eis o relatório.

II - DO MÉRITO

II.1 – DO RECURSO INTERPOSTO PELA CASE FARMA DISTRIBUIDORA LTDA.

ALEGAÇÕES E ANÁLISE JURÍDICA:

A 1ª Recorrente, CASE FARMA DISTRIBUIDORA LTDA., relata às fls. 03/06, do Processo Administrativo n.º 10727/2022 que sua desclassificação para os itens 24, 124 e 184 contraria o Acórdão 1211/2021 do TCU, por conter excesso de formalismo.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, às fls. 13/15 do Processo Administrativo n.º 10727/2022, ressalta que a crítica da Empresa se refere ao quantitativo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo	70729/2022
Data do Início	Fls. 20
Rubrica	[assinatura]

estabelecido no C.2.1 do Edital, e que a impugnação deveria ter sido apresentada no momento oportuno.

Afirma ainda que, em consonância ao entendimento esposado pelo TCU no mencionado Acórdão 1211/2021 foi dada oportunidade à Empresa para juntada de novos documentos complementares aptos a comprovarem a quantidade exigida no Edital.

Por fim, salienta que a Empresa não atingiu o quantitativo mínimo exigido pelo instrumento convocatório, motivo pelo qual entende que a capacidade de fornecer as quantidades exigidas deva ser analisada pela parte técnica, tendo em vista o grande prejuízo que o fracasso dos itens resultaria para a Administração.

À fl. 16, a Secretaria Municipal de Saúde se alinha à decisão de não-classificação da Empresa, com fundamento tanto na ausência de impugnação ao Edital no momento oportuno, como pelos fundamentos apresentados pela Coordenação de Farmácia, no sentido da exigência de atestados se referir a apenas a parcela de maior relevância, por representarem quantitativos expressivos e alto valor de mercado e que se aplica a apenas 6 (seis) itens em um universo de 201.

Em relação inconformismo da Empresa CASE FARMA DISTRIBUIDORA LTDA a concorrente de fato, impugna o Edital de Licitação, especificamente o item C.2.1, afirmando ser vedada a exigência de atestados de capacidade técnica com porcentagem de entregas para itens específicos.

Trata-se de matéria de impugnação ao edital, que deveria ter sido interposto em momento oportuno, de modo que não o tendo feito, a licitante concordou com os termos do Edital, devendo cumprir as exigências pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Vale ressaltar que as exigências em qualificação técnica decorrentes de Lei são obrigatórias no procedimento licitatório e deixar de exigir enseja ilegalidade e responsabilização do gestor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo	70.729/2022
Data do Início	Fls. 22
Rubrica	

A doutrina e jurisprudência pátria consagram o formalismo moderado no âmbito de análise pela Comissão Permanente de Licitação. Não é por outra razão que o artigo 43, §3º da lei 8.666/93 enuncia como “facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

O órgão atendeu aos mandamentos legais e ao preceito de formalismo moderado, observando ainda ao preceito de impessoalidade, esculpido no artigo 37, *caput*, da Carta Constitucional e no artigo 3º do Estatuto de Licitações e Contratos.

De todo modo, feitas as considerações jurídicas, a ressalva final feita pela CPL relacionada à comprovação da capacidade técnica da Concorrente para fornecer as quantidades exigidas, trata-se de matéria de ordem técnica, a qual incumbe ao órgão requisitante proceder a respectiva decisão, embasado por elementos afeitos à sua expertise, ciente dos aspectos expostos.

Constatado o exposto, deve proferir decisão de mérito no presente recurso, considerando o esposado neste parecer.

II.2 – DO RECURSO INTERPOSTO PELA LUX MED DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA. ALEGAÇÕES E ANÁLISE JURÍDICA:

A 2ª Recorrente, LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, relata igualmente em seu recurso de fls. 03/08, do Processo Administrativo n.º 10729/2022, que o excesso de formalismo exigido nos itens C.2.1 do Edital de licitação e 15.1.1 do Termo de Referência ensejou sua desclassificação, eis que rejeitados seus Atestados de Capacidade Técnica apresentados.

A Concorrente impugna o Edital de Licitação por não concordar com as exigências relacionadas à habilitação técnica, requerendo a reavaliação da desclassificação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo	70729/2022
Data do Início	Fls. 23
Rubrica	

A CPL afirmou, em síntese às fls. 09/11 (PA n.º 10729/2022), que como o recurso em comento versa sobre documentação de qualificação técnica, fugindo o assunto de sua competência, o mesmo deverá ser analisado pela Secretaria Requisitante.

Em relação aos atestados apresentados pela recorrente, trata-se de matéria técnica, que esta especializada também não possui expertise para a referida análise, cabendo à equipe técnica da secretaria requisitante a análise de tais documentos. Porém a área técnica deve ter ciência do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que é matéria jurídica.

Resta consignar que todas as decisões devem ser justificadas e fundamentadas para fins de legalidade do procedimento licitatório, não podendo desrespeitar, mais uma vez o diga, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Vale ressaltar, ainda, que as exigências em qualificação técnica decorrentes de Lei são obrigatórias no procedimento licitatório e deixar de exigir enseja ilegalidade e responsabilização do gestor.

Ademais, somente deve constar o indispensável a atestar a capacidade da empresa em fornecer os produtos ou serviços que se pretende contratar. Caso contrário, estará o gestor limitando o caráter competitivo da licitação.

Assim, deve a área técnica da Secretaria manifestar-se sobre a matéria por meio de justificativa detalhada, assinada por profissional técnico especializado, com capacidade para examinar os apontamentos levantados.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, cabe à Autoridade Competente, no caso a Secretária de Saúde, proferir as decisões quanto aos pedidos, devidamente justificadas e fundamentadas, sendo a presente manifestação de **caráter orientador e opinativo.**

Em se tratando de processo licitatório relacionado à medicamentos, aproveitamos o ensejo para dar ciência sobre os termos do Acórdão proferido nos autos do Processo TCE-RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Processo	10329/22
Data do Início	Fls. 24
Rubrica	

N.º 219.103-9/2022, considerando ter sido determinada, pelo Plenário da Corte de Contas, a Comunicação dos demais Entes Públicos sob seu Controle Externo, para que, no prazo de 30 (trinta), se amoldem, voluntariamente, aos termos da Resolução CIT n.º 18/2017:

(...)

3. Por EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO aos demais entes públicos jurisdicionados desta Corte de Contas para que, caso se amoldem, total ou parcialmente, à situação narrada neste Voto, voluntariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, passem a inserir as informações sobre aquisições realizadas com medicamentos no site oficial do Banco de Preços em Saúde (BPS), conforme Resolução CIT n.º 18/2017, sendo despendida resposta ou comprovação nestes autos, visto que a aferição acerca do cumprimento poderá ser realizada em oportuna fiscalização remota.

Submeto a superior análise do Procurador Geral do Município de Maricá, na forma do art. 5º, inc. XII, da Lei Complementar nº 218 c/c art. 3º do Decreto nº 554 de 15 de junho de 2020.

À Secretaria Municipal de Saúde, em prosseguimento, para observância das recomendações objetivamente traçadas no opinamento jurídico.

RAFAEL ALVES CARVALHO
PROCURADOR MUNICIPAL – MAT. 8767.
DIRETOR JURÍDICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Maricá, 16 de agosto de 2022.

Visto e Aprovado.

FABRICIO MONTEIRO PORTO
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



Maricá, 19 de agosto de 2022.

À Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº 10729/2022
DATA: 26 07 2022
RUBRICA: 25

Considerando a análise e parecer realizado pela Procuradoria Geral do Município no Relatório de fls. 19 a 24, reitera-se o entendimento da área técnica da Coordenação de Farmácia ratificado pela Secretária de Saúde - vide despacho à fls. 12 - indeferindo o recurso interposto.

Desta forma remetemos os autos em prosseguimento.

Atenciosamente,

Solange Regina de Oliveira
Secretária de Saúde
MAT. 109435


Solange Regina de Oliveira.
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 109.435